

# REPRESENTAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADOS EM VIÇOSA-MG SOBRE A CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA<sup>1</sup>

## REPRESENTATION OF THE CHILDREN AND ADOLESCENTS HOUSED IN VIÇOSA-MG ABOUT FAMILY AND COMMUNITY LIVING

Izabela Amaral de Almeida<sup>2</sup>  
Maria de Lourdes Mattos Barreto<sup>3</sup>

### 1. RESUMO

Este artigo apresenta parte de uma pesquisa sobre as representações que crianças e adolescentes institucionalizados têm sobre a convivência familiar e comunitária. Os dados analisados referem-se às ideias de sujeitos com idades entre 7 e 17 anos, que residem em dois Abrigos de Viçosa-MG. Para coleta e análise de dados, foi utilizado o Método Clínico Piagetiano, instrumento que possibilita ao pesquisador conhecer a originalidade do pensamento infanto-juvenil. Os dados foram submetidos à análise qualitativa e as respostas, agrupadas em subcategorias previamente definidas: Aspectos físicos, Aspectos humanos, Sentimentos, Atividades desenvolvidas, Regras e obrigações, Atitudes e comportamentos, Finalidade, Desejos e necessidades e Conflitos/problemas na família. Os resultados indicaram que a institucionalização ainda é priorizada em detrimento de políticas de reconstrução e fortalecimento dos vínculos familiares, uma vez que faltam políticas públicas efetivas no fortalecimento da família para superação das dificuldades que levaram a uma situação de vulnerabilidade e, conseqüentemente, ao acolhimento.

**Palavras-chave:** Crianças e adolescentes, Convivência Familiar e Comunitária, Método Clínico Piagetiano.

---

1 O texto é a parte da Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil.

2 Mestre do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. E-mail: [izabelaalmeida2@yahoo.com.br](mailto:izabelaalmeida2@yahoo.com.br).

3 Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Docente do Departamento de Economia Doméstica e do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. E-mail: [mmattos@ufv.br](mailto:mmattos@ufv.br).

## **2. ABSTRACT**

This article is part of a research about the representations that institutionalized children and adolescents have on the family and community living. The data analyzed refer to the ideas of children and adolescents aged 7 to 17 years, residing in two shelters Viçosa-MG. To collect and analyze data, Piaget's Clinical Method was used, which is an instrument that enables the researcher to know the originality of juvenile thinking. The data were qualitatively analyzed, and responses were grouped into predefined subcategories: Physical aspects, Human aspects, Feelings, Activities developed, Rules and obligations, Attitudes and behaviors, Purpose, and Wants and needs and conflicts/problems in the family. The results showed that institutionalization is still prioritized in detriment of political reconstruction and strengthening of family bonds since it lacks effective public policies in strengthening the family to overcome the difficulties that have led to a situation of vulnerability, and hence the host.

**Keywords:** Children and adolescents, Family and Community Living, Piaget's Clinical Method.

## **3. INTRODUÇÃO**

Muitas discussões acerca do acolhimento institucional de crianças e adolescentes têm sido levantadas atualmente em pesquisas científicas. Grande parte dos estudiosos considera que o afastamento do convívio familiar deve ser uma medida excepcional e provisória, aplicada somente nas situações de grave risco à integridade física e/ou psíquica da criança ou adolescente, tendo em vista que o ambiente familiar saudável é o melhor lugar para o desenvolvimento da população infanto-juvenil (BRASIL, 2009).

Diante do desafio de garantir o direito de convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes que precisavam ser afastados de suas famílias de origem, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDF) publicou em junho de 2009 o documento intitulado Orientações técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes com a finalidade de regulamentar, no território nacional, a organização e oferta de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, no âmbito da política de Assistência Social. Estes serviços se configuram como

medidas de proteção que visam, principalmente, à vivência em um ambiente estável, enquanto a família de origem é continuamente trabalhada até que seja possível a reintegração familiar. Além disso, buscam o desenvolvimento de novas estratégias para a resolução dos conflitos, o fortalecimento da autoestima e das competências da família, o fortalecimento da autonomia e a construção de possibilidades que viabilizem a retomada do convívio familiar.

Buscou-se, através deste estudo, investigar as representações das crianças e adolescentes institucionalizados em Viçosa-MG no que diz respeito à garantia e à promoção da convivência familiar e comunitária.

A hipótese que norteou o estudo foi que as crianças e adolescentes institucionalizados podem estar com seus direitos de convivência familiar e comunitária ameaçados, uma vez que faltam alternativas efetivas de atendimento nas Instituições que permitam reverter as situações que levaram ao acolhimento.

Desse modo, o objetivo geral foi conhecer as representações das crianças e dos adolescentes afastados de suas famílias de origem e inseridos na modalidade de Abrigo Institucional do município de Viçosa – MG, sobre a convivência familiar e comunitária. Para tal, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Construir um instrumento para identificação das representações das crianças e adolescentes em relação à convivência familiar e comunitária durante o período de acolhimento;
- Identificar e analisar as representações das crianças e dos adolescentes em situação de acolhimento no que diz respeito à convivência familiar e comunitária.

Considerou-se que os resultados da pesquisa podem subsidiar ações significativas para o bom funcionamento das Instituições de acolhimento para crianças e adolescentes envolvendo a melhoria do atendimento prestado e o melhor desempenho nas funções cotidianas de modo a garantirem o bem-estar e a qualidade de vida dos institucionalizados.

#### **4. REVISÃO DE LITERATURA**

Esta pesquisa teve como referencial orientador a epistemologia genética de Jean Piaget (1896-1980), que desenvolveu durante seis décadas, aproximadamente, um grande trabalho sobre a construção do conhecimento.

Piaget intitula de Epistemologia Genética sua teoria, que consiste no estudo do conhecimento desde seu início, em que busca compreender como o ser humano, na condição de sujeito epistêmico<sup>4</sup>, chega ao conhecimento, como aprende, como desenvolve, como se aprimora. Piaget afirma que o problema específico da Epistemologia Genética é do aumento do conhecimento, ou seja, da passagem de um conhecimento menos evoluído a um saber mais evoluído, mais complexo em compreensão e extensão (BARRETO, 2010).

Piaget se posicionou em uma visão interacionista/construtivista no que diz respeito à origem do conhecimento. Nesta visão teórica, não há dissociação entre pressupostos orgânicos e ambientais, ou seja, esses dois fatores exercem influência mútua. O conhecimento não é inato nem adquirido, mas é construído. A criança nasce com características hereditárias, que são marcantes para seu desenvolvimento posterior, assim como recebe influência do meio em que vive (BARRETO, 2010).

Piaget percebeu em seus estudos não haver fator determinante no desenvolvimento e na construção do conhecimento, então ponderou a existência de quatro fatores que contribuem neste processo de construção e progressão do conhecimento, que são: maturação e hereditariedade, que envolvem as características biológicas com as quais nascemos e que nos limitam e/ou possibilitam no decorrer do desenvolvimento; exercício e experiência, que envolve dois tipos de experiências: experiência física, em que se age sobre os objetos para abstrair suas propriedades observáveis e experiência lógico-matemática, em que se age sobre os objetos para conhecer o resultado da coordenação das ações; interações e transmissões sociais, que dizem respeito ao intercâmbio de ideias entre as pessoas; e equilíbrio, que explica a coordenação dos outros fatores e a regulação do desenvolvimento como um todo. É

---

4 O sujeito epistêmico é o sujeito universal, independentemente de raça, sexo, cor, origem, posição geográfica. Esse sujeito é o responsável pelo seu próprio desenvolvimento; é o centro ativo, operativo, cognitivo, de decisão e de iniciativa, de tomada de consciência (BARRETO, 2010).

importante ressaltar que nenhum desses fatores são determinantes para o desenvolvimento, mas é a interação entre eles que oferece condição necessária para que o desenvolvimento aconteça (PIAGET e INHELDER, 1980).

Por considerar que existem fatores internos e externos, a afetividade não foi considerada por Piaget um dos fatores do desenvolvimento, mas, em se tratando do desenvolvimento, ela é um dos componentes da cognição, pois não muda estruturas, mas atua como mola propulsora do desenvolvimento (motivação), podendo indicar que estrutura modificar (seleção).

De acordo Barreto (2010), Piaget definiu o desenvolvimento humano como um processo contínuo, não como uma escada em que os sujeitos mudam de estágios assim como mudam de um degrau para outro, mas como se fosse uma espiral contendo etapas mais curtas – períodos, em relação ao todo e que flui continuamente. Estas etapas foram chamadas de estágios em que, no decorrer de cada uma, esquemas são construídos e modificados gradualmente. A ordem dos estágios é: sensório-motor (0-2 anos); pré-operatório (2-6/7 anos); operatório concreto (6/7-11 anos); e operatório formal (dos 11 aos 15 anos ou mais).

O estágio sensório-motor (0-2 anos) tem como característica principal a ausência da função semiótica, ou seja, a criança não representa mentalmente os objetos, em que sua ação é direta sobre eles, isto é, ela não tem nessa fase capacidade de representação. A estimulação e a percepção do ambiente são, principalmente, de natureza sensorial (visão, audição, tato, paladar e olfato) e motora (movimentos com o corpo).

É no período pré-operatório (2 a 6/7 anos) que surge o simbolismo na criança, capacitando-a a representar e interiorizar ações. No estágio pré-operatório, além de se prepararem para a operatoriedade, o pensamento das crianças supera o modo de funcionamento tipicamente sensório motor e passa a funcionar de um modo cada vez mais conceitual e representacional. Neste percurso, o pensamento infantil é limitado por sete características: Egocentrismo Intelectual, Pensamento por Estados, Irreversibilidade, Pré-conceitos e raciocínio transdutivo, Representação ligada à ação e Desequilíbrio entre Assimilação e Acomodação.

É no estágio operatório concreto (6/7 a 11/12 anos) que se dá a superação das sete características do estágio pré-operatório, dando assim a formação de uma série de estruturas cognitivas que possibilitam que a criança compreenda melhor o ambiente que

a cerca. A criança se mostra mais organizada em suas adaptações, bem como mais racional, parecendo ter um quadro de referências conceitual razoável cada vez mais estável e regular, podendo aplicar de forma sistemática ao mundo de objetos que a rodeia (BARRETO, 2010).

No estágio das operações formais (11/12 aos 15 anos em diante), a representação da criança e do adolescente permite a abstração total. Ele já não se limita mais à representação imediata nem somente às relações previamente existentes, pois já é capaz de pensar em relações possíveis e levantar hipóteses distinguindo o mundo real do possível. Após esse estágio, as estruturas cognitivas do adolescente alcançam seu nível mais elevado de desenvolvimento, a partir daí não haverá mais mudança estrutural na qualidade de raciocínio, já que os adolescentes se tornam aptos a aplicar o raciocínio lógico a todas as situações.

Considerando que Piaget explica muitos aspectos do pensamento a partir de estágios de desenvolvimento, é importante compreender a representação que as crianças fazem do mundo para entender como ocorrem a construção e a evolução do conhecimento. Neste sentido, Piaget propõe em sua obra “A Representação do Mundo na Criança” (1926/2005) o termo representação como ato de conceber, de formar mentalmente ideias como conceitos, compreensão, ideia, explicação, ponto de vista, crenças (no sentido do que se acredita frente a diferentes realidades do mundo físico e social); portanto, representação é o que o ser humano faz.

Foi a partir desse contexto que foi feito uso do termo representação neste estudo, uma vez que é no contato com o outro e, principalmente, através das trocas sociais que a criança dá início à construção de suas representações de vários aspectos da realidade, sendo estas representações cada vez mais originais no decorrer do seu desenvolvimento, uma vez que a criança não copia para si os dados da realidade. Assim, entende-se que as crianças desde muito pequenas se preocupam com a origem das coisas, com o modo de funcionamento da realidade e elaboram algum tipo de explicação para compreender o mundo à sua volta.

Levando-se em conta a importância de conhecer as representações de crianças e adolescentes, muitas pesquisas têm sido realizadas na busca de conhecer tais representações de vários aspectos do conhecimento social. Entre trabalhos

desenvolvidos e publicados no Brasil, podemos citar os trabalhos de Andrade (2011), Costa (2012) e Soares (2012).

Andrade (2011) investigou as representações sobre o adoecimento e a hospitalização pela perspectiva de crianças, de 4 a 12 anos, hospitalizadas em uma instituição hospitalar que tem atividades lúdicas. Utilizou o Método Clínico Piagetiano para coleta e análise dos dados para investigar os pensamentos, percepções e sentimentos das crianças acerca da hospitalização, da doença, dos procedimentos a que foram submetidas e das atividades lúdicas. Os resultados evidenciaram tendência evolutiva nas representações das crianças sobre a hospitalização e o processo de adoecimento, indo de níveis mais simples até os mais complexos.

Costa (2012) investigou quais representações crianças entre 5 e 6 anos de idade, que frequentam um ambiente tradicional e um ambiente construtivista, têm sobre a escola. Utilizou para coleta e análise dos dados o Método Clínico Piagetiano, tendo como instrumento a entrevista clínica. Os resultados indicaram que o modo como as crianças de ambos os ambientes escolares expressam suas ideias sobre a escola se assemelha no que diz respeito à forma de compreendê-la, conceituá-la e caracterizá-la. As explicações das crianças se basearam, praticamente, no que existe na escola, no que sentem em relação à escola e no que fazem na escola, ou seja, basearam suas explicações nos aspectos mais visíveis da situação, que lhes são diretamente observáveis e familiares.

Soares (2012) investigou como ocorre a evolução de pensamento de crianças e adolescentes sobre o reconhecimento da diferença, o ambiente físico de uma escola regular que tem crianças/adolescentes com deficiência e o reconhecimento da deficiência e o respeito e cooperação das crianças/adolescentes sem deficiência com as crianças/adolescentes com deficiência. A amostra foi constituída de 36 crianças e adolescentes na faixa etária de 5 a 14. Utilizando o Método Clínico e a entrevista clínica como instrumento de pesquisa, buscou fazer um estudo evolutivo do pensamento das crianças e adolescentes. Os resultados indicaram que as crianças mais novas elaboram uma representação a partir de aspectos mais aparentes, e os mais velhos têm a capacidade de coordenar diferentes variáveis do problema.

Essas pesquisas vêm mostrar a importância de ouvir as crianças e os adolescentes como sujeitos que têm capacidade de falar de forma peculiar sobre os diversos assuntos do mundo e sobre a realidade na qual estão ou não inseridos.

## **5. METODOLOGIA**

Para coleta e análise dos dados utilizados nesse estudo, foi usado o Método Clínico Piagetiano. A escolha deste método se justifica pelo fato de, além de ser um método que possibilita a descoberta das tendências do pensamento das crianças e adolescentes, ser também um método de livre conversação sobre um tema dirigido pelo investigador. A pesquisa foi conduzida com crianças e adolescentes<sup>5</sup> que se encontravam acolhidos nos dois Abrigos existentes em Viçosa, denominados nesta pesquisa de Instituição de Acolhimento A e Instituição de Acolhimento B. A amostra foi composta por 13 crianças e adolescentes que se encontravam institucionalizados por um período igual ou superior a um mês, de forma a abranger crianças e adolescentes que já conhecem e estão acostumados com a dinâmica de funcionamento dos abrigos, sendo a faixa etária crianças e adolescentes a partir de 7 anos de idade. A escolha desta faixa etária foi delineada de forma a abranger, teoricamente, dois estágios de desenvolvimento que, nos termos de Piaget, são o operatório concreto e o operatório formal.

O Quadro 1 mostra a caracterização das crianças e adolescentes participantes da pesquisa.

---

<sup>5</sup> Conforme Art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade (BRASIL, 1990).

Quadro 1: Caracterização das crianças e adolescentes que compuseram a amostra.

Características Pessoais		Nº	%
Sexo	Feminino	7	53,8
	Masculino	6	46,2
	<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>
Idade	Entre 7 e 12 anos	4	30,8
	Entre 13 e 17 anos	9	69,2
	<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>
Tempo de acolhimento	Até dois anos	9	69,2%
	Mais de dois anos	4	30,8%
	<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>
Procedência	Viçosa	9	69,2
	Outras cidades	4	30,8
	<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Foram utilizados neste estudo nomes fictícios escolhidos pelas próprias crianças e adolescentes entrevistados, uma vez que foi sugerido que cada um escolhesse um nome fictício para ser usado no trabalho final que seria escrito pela pesquisadora.

Ressalta-se que nem todas as respostas dos sujeitos na entrevista têm o mesmo valor para a pesquisa. Algumas respostas podem estar muito longe dos objetivos do pesquisador, por isso, o experimentador tem a importante e difícil tarefa de distinguir os *cinco* tipos de respostas<sup>6</sup> encontradas por Piaget em seus estudos pelo Método Clínico,

---

6 As **crenças espontâneas** são as de maior valor para o pesquisador. Nelas, o sujeito, a partir de perguntas adequadas, reflete constantemente sobre a realidade à sua volta mesmo que não tenha consciência dessa reflexão; As **crenças desencadeadas** são também de grande valor para a pesquisa. Elas são precisamente produzidas no curso da entrevista e estão de acordo com o conjunto de concepções e com o nível de desenvolvimento da criança; As **crenças sugeridas** são influenciadas pela intervenção do experimentador e não expressam o pensamento da criança; As **respostas fabuladas** têm pouco valor para o estudo da gênese desenvolvimento do conhecimento por se tratar de respostas que a criança inventa ao longo da entrevista porque lhe agrada e que não têm relação com o tema central; As **respostas não importistas** relevam a falta de interesse do sujeito para realizar a atividade da pesquisa (DELVAL, 2002).

que são: *crenças espontâneas, crenças desencadeadas, crenças sugeridas, respostas fabuladas e respostas não importistas.*

A entrevista foi elaborada de modo a não haver sugestões para as respostas, prevendo a não obtenção de respostas sugeridas. Além disso, as respostas classificadas como não importistas e fabuladas foram contabilizadas, porém, pelo fato de não serem respostas que expressassem as convicções das crianças e adolescentes, elas não foram analisadas. Somente as respostas classificadas como crenças (desencadeadas e espontâneas) interessavam à pesquisa.

Para melhor organização interna do trabalho, as perguntas foram ordenadas dentro dos seguintes itens propostos por Delval (2002): *Descrição inicial*: introdução à temática; *Autocaracterização*: conhecer como as crianças e os adolescentes falam de assuntos referentes a eles diretamente; *Aspectos*: aprofundamento da temática; *Extensão*: expansão da temática com situações amplas que abrangem aspectos para além das vivências dos entrevistados; *Mudança*: conhecer as explicações dos sujeitos sobre fenômenos que envolvem mudanças; *Justificativas*: conhecer as explicações dos sujeitos sobre a causa de fenômenos; e *Soluções*: conhecer as soluções propostas pelos sujeitos frente aos problemas apresentados.

Em seguida, foi feita a análise qualitativa dos protocolos de entrevista, procurando estabelecer relações entre as respostas dos sujeitos e, a partir dos conteúdos recorrentes nas respostas, foram elaboradas “subcategorias” para cada pergunta ou grupo de perguntas dos itens organizadores da entrevista. Desse modo, as principais subcategorias referentes à categoria Convivência Familiar e Comunitária foram: *Aspectos físicos, Aspectos humanos, Sentimentos, Atividades desenvolvidas: (lazer, escolares, regras e obrigações, Atitudes e comportamentos, Finalidade, Desejos e necessidades e Conflitos/problemas na família.*

É importante esclarecer que quando as crianças ou adolescentes forneceram mais de uma resposta, pertencente a uma mesma subcategoria, ela foi contabilizada uma vez; e quando a resposta dos sujeitos continha elementos de mais de uma subcategoria, ela foi contabilizada em cada subcategoria citada na resposta. Portanto, o número total de resposta não corresponde, necessariamente, ao número total de crianças e adolescentes participantes da pesquisa.

Em seguida, os dados foram quantificados mediante cálculo porcentual referente ao número de respostas contabilizadas em cada subcategoria. Os dados foram apresentados em quadros, para melhor visualização.

Vale ressaltar ainda que para realização da pesquisa de campo, primeiramente foi feito um contato inicial com os coordenadores de ambas as Instituições de acolhimento e com as crianças e adolescentes, para consentimento de participação na pesquisa. As crianças e adolescentes foram convidados e participaram apenas os que consentiram. Além da autorização dos responsáveis pelas instituições para coleta de dados, houve autorização do Comitê de ética da Universidade Federal de Viçosa.

## 6. RESULTADOS

Conforme explicitado na metodologia, os resultados desta pesquisa são apresentados e discutidos, através dos itens organizadores da entrevista: *Descrição Inicial, Autocaracterização, Aspectos, Extensão, Mudança, Justificativas e Soluções*, como proposto por Delval (2002).

O item “**Descrição Inicial**” teve como intuito introduzir a temática pesquisada para as crianças e adolescentes, objetivando compreender o modo como os sujeitos conceituam o Abrigo.

Nenhuma criança ou adolescente apresentou respostas não importistas ou fabuladas, sendo assim, as treze crianças e adolescentes deram respostas válidas para análise. É importante lembrar que o número total de respostas não corresponde, necessariamente, ao número total de sujeitos entrevistados. As respostas identificadas como crenças foram classificadas em subcategorias, como mostra a Tabela 1.

**Tabela 1**– Caracterização do número de respostas e porcentual por subcategoria apresentadas pelas crianças e adolescentes segundo a categoria *Conceito de Abrigo*.

<b>Subcategorias</b>	<b>Número de Respostas</b>	<b>Porcentual em relação ao número total de respostas</b>
Finalidade	12	63,1
Conflitos/problemas na família	5	26,3
Aspectos Humanos	1	5,3
Aspectos Físicos	1	5,3
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Ao conceituarem o Abrigo, ou seja, ao explicarem o que é um Abrigo, doze crianças e adolescentes se referiram à sua finalidade, ou seja, para que serve um Abrigo. Vejamos os exemplos a seguir:

Você sabe o que é um abrigo?

*No que eu sei, no que eu entendo é porque assim, é uma casa que acolhe pessoas que não têm onde ficar (Lavínia, 15;3 anos).*

*É... uma casa que acolhe pessoas que a mãe não tá tendo condições de cuidar (Carlos, 10;9 anos).*

Observa-se que, para as crianças e adolescentes, o conceito de abrigo está atrelado a um lugar onde eles têm a possibilidade de vivenciar sua infância quando não têm onde ficar ou quando os pais não têm condições de cuidar. O abrigo apresenta-se, muitas vezes, como o único local, mesmo que temporário, para a permanência destas crianças e adolescentes. Como salienta Arpini (2003):

Na verdade, a instituição [abrigo] muitas vezes se apresenta como a melhor alternativa para um grande número de crianças e adolescentes, o que determina a necessidade de um comprometimento ainda maior de suas ações, pois esse é o único caminho para a superação dos trágicos estereótipos de sua história (Arpini, 2003, p.179).

Outro aspecto presente nas representações das crianças e dos adolescentes ao conceituarem o Abrigo se refere aos conflitos/problemas na família, que corresponderam a 26,3% das respostas, como pode ser exemplificado a seguir.

*Um Abrigo é onde crianças e adolescentes ficam quando suas famílias assim... não têm... como eu posso falar... tipo, não têm responsabilidade direito com as crianças, ou que tipo, têm algum problema com bebidas, drogas, essas coisas assim (Juliana, 15;6 anos).*

*Ah... um Abrigo assim, quando a criança não... quando a família não quer a criança, a família não cuida da criança, abandona a criança na rua e quando a família não quer a criança, quando a pessoa vê que a criança precisa de ajuda eles vai e acolhe a criança e traz para o Abrigo, aí o Juiz vê se a criança vai poder ficar e se a criança tem ... se a família tem condição de cuidar da criança ainda, se a família não tiver aí eles vai e acolhe a criança (Carolina, 14;5 anos).*

Ao conceituarem o Abrigo, algumas crianças e adolescentes apresentam a situação de vulnerabilidade social ou pessoal (negligência, maus tratos, abandono) vivenciada antes do acolhimento institucional. O que se constata é que inúmeras instituições estão sendo constituídas com a finalidade de acolher crianças e adolescentes que são retirados de seus lares, tendo, muitas vezes, o poder familiar sido suspenso devido a situações caracterizadas como negligência e maus tratos.

Os aspectos físicos e os aspectos humanos também aparecem nas respostas das crianças e dos adolescentes para conceituar o Abrigo, o que correspondeu a 5,3% das respostas para cada aspecto. A resposta que diz respeito ao aspecto físico e ao aspecto humano pode ser exemplificada no extrato a seguir.

*[afirmou com a cabeça sim]. O que é um Abrigo? É uma casa, aí tem uma casa pra homem e pra mulher (Luan, 8;1 anos).*

Observa-se que a representação desta criança sobre o conceito de Abrigo se baseia nos aspectos mais perceptíveis da situação, ou seja, a casa onde dormem as crianças e adolescentes, bem como a separação entre meninos e meninas residentes no Abrigo. Fica claro que separar os meninos das meninas no Abrigo marca esta criança, e

esta preocupação é tão presente na sociedade que as crianças, ao se relacionarem com o meio em que vivem, apreendem essas atitudes de tal forma que passam a ter essas preocupações também. Percebe-se, pela fala, que, como aponta Saravali e Guimarães (2010), as crianças sofrem diversas influências sociais quando interagem com o meio em que estão inseridas e é por meio dessa interação e das trocas estabelecidas que as crianças iniciam a construção de suas representações sobre a realidade social.

O item “**autocaracterização**” teve por objetivo possibilitar conhecer como as crianças e adolescentes falam de assuntos referentes a eles diretamente, neste caso, como eles veem o abrigo onde moram. Nenhuma criança ou adolescente apresentou respostas não importistas ou fabuladas, sendo assim, as treze crianças e adolescentes sujeitos da pesquisa deram respostas válidas para análise. As respostas consideradas crenças foram classificadas nas subcategorias apresentadas na Tabela 2.

**Tabela 2** – Caracterização do número de respostas e percentual por subcategoria apresentadas pelas crianças e adolescentes segundo a categoria *O abrigo onde moram*.

<b>Subcategorias</b>	<b>Número de Respostas</b>	<b>Percentual em relação ao número total de respostas</b>
Sentimentos	13	46,4
Regras e obrigações	8	28,5
Aspectos Humanos	5	17,9
Aspectos Físicos	1	3,6
Atitudes/Comportamentos	1	3,6
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Todas as crianças/adolescentes, ou seja, as treze, citaram primeiramente os sentimentos em relação ao abrigo, o que correspondeu a 46,4% do total das respostas, mas ressaltando que todas incluíram os sentimentos em suas respostas. Vejamos alguns exemplos:

Me fale um pouco daqui do Abrigo em que você mora?

*A h, eu tô achando legal, gostoso* (Luan, 8;1 ano).

*Ah, é legal* (Carlos, 10;9 anos).

*É bom, legal* (Marina, 7;9 anos).

Percebe-se que as crianças e adolescentes construíram, ao longo do acolhimento, sentimentos positivos em relação ao abrigo, uma vez que nenhuma delas apresentou sentimentos negativos no que concerne à instituição, durante a entrevista. Algumas crianças/adolescentes apontaram aspectos negativos do acolhimento, porém, em nenhum momento disseram não gostar do abrigo especificamente. Apesar deste fato, é importante ressaltar que, como salienta Silva (2007):

Ainda hoje, há quem defenda a construção de mais abrigos, sem considerar os danos que o afastamento da convivência familiar e comunitária traz para crianças e adolescentes. É preciso não perder de vista que a institucionalização representa, muitas vezes, a supressão da individualidade e da intimidade, introduzindo crianças e adolescentes em um meio que não estimula o seu desenvolvimento subjetivo e onde suas vidas passarão a ser administradas de acordo com os regulamentos e procedimentos disciplinares da instituição. Mesmo com as mudanças nas instituições de abrigo implementadas pelo ECA, que deixam de ser instituições de grande porte e buscam reproduzir um ambiente residencial, os danos de uma permanência prolongada não podem ser desprezados (SILVA, 2007, p. 52).

A segunda subcategoria mais citada pelas crianças e adolescentes ser refere às regras e obrigações, o que correspondeu a 28,5% das respostas, como pode ser exemplificado no extrato a seguir:

*Aqui é legal, sabe, porque aqui a gente tem as tarefas, tem a hora de estudar, tem a hora de fazer exercício e o lazer da gente também, sabe? Aqui é legal! Eu acho que aqui é bom! (Juliana, 15;6 anos).*

A adolescente expressa por meio de sua fala a importância que atribui às regras e obrigações na interação com as pessoas e nas relações estabelecidas no abrigo. Apesar disso, é interessante enfatizar que a transferência do indivíduo do próprio lar para uma instituição é sempre um grande desafio, pois a pessoa se depara com uma transformação muitas vezes radical do seu estilo de vida, visto que é desviada de todo o seu projeto existencial.

Outra subcategoria recorrente nas respostas das crianças e adolescentes se refere aos aspectos humanos, que corresponderam a 17,9% das respostas e podem ser exemplificados a seguir:

*Quando eu cheguei aqui, os meninos tava aqui uai... eu cheguei assim e brinquei com eles (Vitor, 14;2 anos).*

*Tem os meninos pra brincar comigo, aí depois eu não sei mais (Luan, 8;1 ano).*

Nota-se que as relações que as crianças e adolescentes estabelecem com os demais que compartilham do mesmo espaço e das mesmas atividades do dia a dia da instituição estão presentes em suas falas quando se remetem ao abrigo. É possível perceber, a partir dos dados, que o contato com o outro é significativo, uma vez que, ao conviverem cotidianamente na mesma situação, o ‘igual’ pode operar como apoio e suporte em vários momentos da vida.

Embora tenha sido citada somente uma vez, a subcategoria aspectos físicos, correspondendo a 3,6% das respostas, aparece como algo que serve para se remeter ao abrigo, como nos mostra o extrato a seguir:

*Ah, é legal. Mas me fala um pouco mais daqui. É espaçoso... é grande, espaçoso, legal... é... ah... (Carlos, 10;9 anos).*

Este dado demonstra mais uma vez como as crianças dão explicações com base no que é mais visível. As justificativas baseadas na ausência/presença de aspectos físicos evidenciam como o pensamento da criança se centra, na maioria das vezes, no que lhe é diretamente observável, e por mais que ela tenha capacidade de representar, seu pensamento, ele ainda está preso à percepção (DELVAL, 2002).

Outra subcategoria que foi citada apenas uma vez foi atitudes/comportamentos, também correspondendo a 3,6% das respostas. Vejamos o extrato a seguir:

*Aqui tem as coisas boas e tem as coisas ruins. Eu gostava muito daqui quando eu cheguei, era bem mais organizado, tinha pouquinha gente, não tinha confusão, não tinha briga, era mais tranquilo, você fazia o que você queria... não o que “cê” queria, mas era uma casa sabe? Agora com mais gente tem mais briga, mais confusão, aí que agora eu tenho uma impressão de abrigo. Antes era como se fosse a minha casa, assim... você conversava*

*com todo mundo, brincava, fazia tudo. Hoje em dia já é mais difícil. As pessoas são mais violentas, que moram aqui. Tem bastante briga (Lavínia, 15; 3 anos).*

As atitudes e comportamentos considerados agressivos por crianças e adolescentes abrigados podem ser explicados por Freud e Burlingham (1958), que consideram que as crianças que vivem em abrigos parecem mais agressivas do que aquelas que vivem com a família. Isto ocorreria porque elas são obrigadas a conviver o dia todo com mais crianças do que estas últimas e desde cedo precisam resguardar o que é seu, ou seja, seus brinquedos, seus sentimentos, sua vontade. Desse modo, as crianças institucionalizadas estariam expostas a mais situações de expressão de sua agressividade do que aquelas que convivem em ambientes familiares, não significando que sejam mais agressivas.

O item “**aspectos**” teve por objetivo apresentar situações mais próximas da realidade dos sujeitos da pesquisa para que eles pudessem se identificar com elas. Neste caso, sobre a importância que os sujeitos dão para os passeios e atividades fora do abrigo. Uma criança apresentou resposta não importista, e as demais crianças e adolescentes, ou seja, doze, deram respostas válidas para análise. As respostas consideradas crenças foram classificadas nas subcategorias apresentadas na Tabela 3.

**Tabela 3** – Caracterização do número de respostas e porcentual por subcategoria apresentadas pelas crianças e adolescentes segundo a categoria a importância dos passeios e atividades fora do abrigo.

Subcategorias		Número de Respostas	Percentual em relação ao número total de respostas
Desejos e necessidades		12	85,7
Atividades Desenvolvidas	Lazer	2	14,3
	Escolares	0	
<b>Total</b>		<b>14</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Doze das crianças e adolescentes entrevistados consideram importante que as crianças e adolescentes que moram em abrigos façam passeios com frequência. Percebe-se que, para justificar, a maior parte das respostas, 85,7%, está relacionada ao desejo e à necessidade que as crianças e adolescentes têm de fazer passeios e/ou atividades fora do abrigo. Vejamos os extratos a seguir:

Você acha importante que as crianças que moram em Abrigos façam passeios ou atividades fora do Abrigo? [*gesticulou que sim*]. Por que você acha que é importante? *Ah é bom, a gente fica brincando, a gente sai, a gente só fica aqui dentro por isso. É bom que a gente sai pra brincar* (Vitor, 14:2 anos).

[*gesticulou que sim*]. Por que você acha que é importante? *Tipo assim, elas não conhecem alguns lugares e elas podem conhecer* (Luis Felipe, 10:3 anos).

As crianças e adolescentes que vivem em abrigos não devem ser privados de liberdade. A participação na vida comunitária é um direito estabelecido pelo ECA às crianças e aos adolescentes, mas ele só tem como ser garantido aos abrigados que tiverem acesso às políticas básicas e aos serviços oferecidos para a comunidade geral, como as atividades externas de lazer, esporte, religião e cultura em interação com a comunidade da escola do bairro e da cidade.

Nesta perspectiva, os espaços e as instituições sociais são, assim, mediadores das relações que as crianças e os adolescentes estabelecem, contribuindo para a construção das relações afetivas e de suas identidades individual e coletiva. Nessa direção, se o afastamento do convívio familiar for necessário, as crianças e adolescentes devem, na medida do possível, permanecer no contexto social que lhes é familiar. Além de muito importante para o desenvolvimento pessoal, a convivência comunitária favorável contribui para o fortalecimento dos vínculos familiares e a inserção social da família (BRASIL, 2004).

O item “**extensão**” teve por objetivo compreender as representações das crianças e adolescentes sobre a temática abrigo de forma mais abrangente, englobando e estendendo as situações para além daquelas vivenciadas por eles próprios. Neste caso, diz respeito a falar o que pensam sobre outros abrigos. Nenhuma das crianças e adolescentes apresentou resposta não importista ou fabulada, ou seja, treze deram

respostas válidas para análise. As respostas consideradas crenças foram classificadas nas subcategorias apresentadas na Tabela 4.

**Tabela 4** – Caracterização do número de respostas e percentual por subcategoria apresentadas pelas crianças e adolescentes segundo a categoria *diferenças entre abrigos*.

<b>Responderam que todos os abrigos são iguais</b>		<b>Subcategorias</b>	<b>Número de Respostas</b>	<b>Percentual em relação ao número total de respostas</b>
<b>Nº de crianças</b>	<b>Percentual em relação ao total da amostra</b>			
2	15,4	Aspectos Físicos	1	50,0
		Regras e obrigações	1	50,0
		<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>100,0</b>
<b>Responderam que os abrigos são diferentes</b>		<b>Subcategorias</b>	<b>Número de Respostas</b>	<b>%</b>
<b>Nº de crianças</b>	<b>Percentual em relação ao total da amostra</b>			
11	84,6	Regras e obrigações	7	63,6
		Aspectos Humanos	3	27,3
		Aspectos Físicos	1	9,1
		<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Nota-se que **duas** crianças/adolescentes responderam que todos os abrigos eram iguais. Quanto às justificativas destas crianças e adolescentes para semelhança existente entre os abrigos, as respostas foram baseadas nos aspectos físicos e nas regras e obrigações, como pode ser visto nos extratos a seguir:

Você acha que todos os Abrigos são iguais? Ou seja, todos têm as mesmas coisas que aqui? *São!* Por que eles são iguais? *Porque tudo tem sala, tem televisão e sala de TV. Só* (Luan, 8;1 ano).

*Eu acho que assim, deve ter as mesmas regras, né. Não pode... sempre assim na casa deve ter as suas regras* (Laisla, 12,11 anos).

Percebe-se que, para justificar suas respostas, as crianças e os adolescentes deram explicações embasadas nas suas experiências particulares e nos aspectos mais visíveis da situação, generalizando para todos os outros abrigos. Embora as crianças e adolescentes não conheçam todos os abrigos que existem, as representações sobre as outras instituições são estruturadas pelos aspectos diretamente observáveis que lhes são familiares.

Para a mesma pergunta, onze crianças/adolescentes responderam que os abrigos são diferentes. Para justificar, 63,6% das respostas, citaram as regras e obrigações como principal diferença entre os abrigos. Vejamos os extratos a seguir:

*Não!* Por que você acha que não? *Tem as mesmas coisas, mas a regra é diferente* (Viviane, 13;3 anos).

*Não, eu acho que ainda existem abrigos mais rígidos e... não sei eu... eu só conheço esse né* (Janaína, 15;6 anos).

É possível observar que, embora a maior parte das crianças e adolescentes não conheça outros abrigos, eles utilizam as representações construídas sobre o abrigo onde moram para inferirem sobre outros abrigos. Portanto, ao serem questionados sobre outros abrigos, relatam experiências de seu dia a dia, expressando-as em suas respostas. Apesar de as adolescentes se encontrarem em um estágio superior, foi possível observar uma característica do pensamento pré-operatório, que é a centração, definida pela tendência de focalizar apenas um aspecto do objeto ou fenômeno sobre o qual o raciocínio incide, assimilando aspectos que mais chamam a atenção, que, neste caso, são as regras e obrigações, desconsiderando outros aspectos importantes. Isso evidencia que, apesar de as adolescentes se encontrarem em um estágio superior e poderem dar respostas mais complexas sobre o assunto, isso não acontece pelo fato de que o estágio

em que o sujeito se encontra ser uma possibilidade e não uma garantia de resposta mais complexa (BARRETO, 2001).

As crianças e adolescentes também citam os aspectos humanos, o que correspondeu a 27,3% das respostas, para justificar as diferenças entre os abrigos, como pode ser visto no exemplo a seguir:

*Eu acho que não. Por que você acha que eles não são iguais? Porque igual à menina foi lá... lá não pode receber visita não... lá na outra menina que mora lá no abrigo lá, junto comigo lá, lá outro abrigo que ela foi não pode receber visita não. Só com ordem judicial mesmo (Roberto, 17;6 anos).*

Os aspectos humanos, embora não representado o maior porcentual de respostas, se fizeram presentes nas representações das crianças e adolescentes para diferenciar os abrigos. Percebe-se que, neste caso, a percepção da criança engloba as relações estabelecidas no abrigo, não apenas com os objetos e o ambiente físico, mas também com as pessoas que o frequentam.

Embora citados apenas uma vez, ou seja, por uma criança/adolescente, os aspectos físicos também foram usados para justificar a diferença entre os abrigos, como pode ser visto no exemplo a seguir:

*Você acha que todos os Abrigos são iguais? Ou seja, todos têm as mesmas coisas que tem aqui? Não! Por que você acha que não? Porque são diferentes os abrigos. Por que eles são diferentes? É diferente, né, tudo, quanto aqui e lá no outro... Mas o que eles podem ter que é diferente? Porque não tem nada igual nos dois abrigos O que você acha que tem aqui, que não tem nos outros abrigos? Aqui pode ter uma piscina e lá não tem, lá pode ter um pula-pula e lá não tem, aqui pode ter computador e lá não tem... aqui pode ter brinquedo... (Carlos Eduardo, 15;10 anos).*

O que fica evidente é que, apesar de as crianças e adolescentes não pensarem como o adulto, embora na maioria das vezes se remetam ao que lhes é próximo e familiar, constroem suas representações sobre a realidade na sua interação com o meio físico e social e têm o que dizer sobre ela. Embora na maioria das vezes as crianças e adolescentes tenham atentado aos aspectos observáveis e notáveis da situação, principalmente relacionados à sua própria experiência, é importante esclarecer que estas

representações não são meras cópias da realidade, pois a criança realiza uma tarefa individual que não tem a ver com uma assimilação passiva, mas com a autenticidade que ela vai construindo com sua própria representação do mundo ao seu redor (SARAVALI e GUIMARÃES, 2010).

O item “**mudança**” teve por objetivo conhecer as explicações das crianças e adolescentes que envolvem mudanças, ou seja, o que eles acham que poderia ser feito para mudar algo ou determinada situação. Duas crianças e adolescentes apresentaram respostas não importistas e onze apresentaram respostas válidas para análise. As respostas consideradas crenças foram classificadas nas subcategorias apresentadas na Tabela 5.

**Tabela 5** – Caracterização do número de respostas e porcentual por subcategoria apresentadas pelas crianças e adolescentes segundo a categoria *como as crianças e adolescentes podem receber visitas*:

<b>Subcategorias</b>	<b>Número de Respostas</b>	<b>Percentual em relação ao número total de respostas</b>
Resolução dos conflitos/problemas na família	6	54,4
Sentimentos	5	45,6
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Observa-se que a subcategoria mais citada pelas crianças e adolescentes foi a resolução dos conflitos/problemas na família, o que correspondeu a 54,4% das respostas, como pode ser visto no exemplo a seguir:

O que você acha que poderia ser feito para que todas as crianças pudessem receber visitas da família? *Acho que podia resolver os problemas da família que ajudava muito as famílias pra criança ter direito de receber as visitas das mães e da família toda* (Carolina, 14;5 anos).

*É... alguém conversar com eles e, tipo assim, convidar eles, tipo assim, visita aqui é quinta, aí conversa com eles pra vim aqui toda quinta se eles puder* (Luiz Felipe, 10;3 anos).

Com base nestes dados, é possível observar que, conforme destacado por Faleiros (2004), os vínculos familiares e comunitários têm uma dimensão política, uma vez que tanto sua construção quanto seu fortalecimento dependem também, entre outros fatores, de investimento do Estado em políticas públicas voltadas à família, à comunidade e ao espaço coletivo. Os aspectos aqui abordados evidenciam que a efetivação da promoção, a proteção e a defesa do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes requerem um conjunto articulado de ações que envolvam a corresponsabilidade do Estado, da família e da sociedade, conforme disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Constituição Federal de 1988.

As crianças e adolescentes citaram ainda a categoria sentimentos, correspondente a 45,6% das respostas, para responderem à pergunta. Vejamos o extrato a seguir:

*O quê? O que você acha que poderia ser feito para que todas as crianças recebessem visitas da família? Ah... agora “cê” me pegou, hein, tia... que se, por exemplo, eu cheguei nesse dia, aí era bom se todo mundo recebesse a visita pra ficar mais alegre na espera da família, pra não ficar só vendo aquela menina que mora aqui e só vendo a família dela e das outras pessoa não... aí ela fica olhando e pensa na família dele (Viviane, 13;3 anos).*

*O quê? Fala de novo. O que você acha que poderia ser feito para que todas as crianças que moram em abrigos pudessem receber visitas da família? Ah... o pessoal daqui do abrigo pedir pros pais deles vim cá visitar eles. Seria bom fazer isso ou não? [gesticulou que sim]. Por que você acha que seria? Ah... pra eles lembrar mais dos pais deles e não ficar triste (Vitor, 14;2 anos).*

Estas falas evidenciam que as crianças e adolescentes sofrem por estarem distantes de suas famílias e sentem falta do convívio familiar, desejando receber visitas para ficarem mais felizes. Neste sentido, com salienta Centenaro (2008), a participação da família em todo o processo de institucionalização torna-se essencial, uma vez que a criança se sentirá apoiada e segura para dar continuidade à sua vida social após a reinserção em seu ambiente familiar.

O item “**justificativa**” teve por objetivo conhecer como os sujeitos justificam a existência de determinadas situações, como as justificativas para algumas crianças e

adolescentes deixarem de morar com suas famílias e irem para os abrigos. Nenhuma das crianças e adolescentes apresentou resposta não importista ou fabulada, ou seja, treze deram respostas válidas para análise.

Todos os sujeitos da pesquisa justificaram a saída das crianças e adolescentes de suas famílias devido aos conflitos/problemas presentes nelas, como pode ser visto nos seguintes exemplos:

*Porque a família não tá dando conta, não tá cuidando direito... sei lá*  
(Lavínia, 15;3 anos).

*Não sei! Talvez a mãe fuma e o Juiz não quer que fica perto* (Luan, 8;1 ano).

A legislação brasileira vigente reconhece e preconiza a família como estrutura vital, lugar essencial à humanização e à socialização da criança e do adolescente, espaço ideal e privilegiado para o desenvolvimento integral dos indivíduos. Contudo, a história social das crianças, dos adolescentes e das famílias revela que elas encontraram e ainda encontram inúmeras dificuldades para proteger e educar seus filhos (BRASIL, 2006).

Neste enfoque, a família é vista como incapaz, sendo esta uma das principais motivações para a decisão de afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar e comunitário e o seu encaminhamento para instituições de abrigo, conforme será apresentado mais adiante. É preciso aprofundar o entendimento de que as famílias não são apenas “espaços de cuidados”, mas “espaços a serem cuidados” (MIOTO, 2004).

Considerando a família como alvo de políticas públicas eficazes, Sposati (2004) observa a importância do enfrentamento da fragilidade dos arranjos familiares. Nesta direção, ganha relevo o apoio para a reconstituição do equilíbrio do núcleo familiar. É fundamental que a proteção, via políticas públicas, seja atitude real e considere especialmente os riscos e vulnerabilidades sociais, indo além dos benefícios apenas materiais, buscando alcançar a autonomia, a emancipação, a inclusão e a cidadania.

O item “**soluções**” teve por objetivo possibilitar obter das crianças e adolescentes as soluções que eles propõem para determinadas situações. Ou seja, as soluções que apresentam para que nenhuma criança necessite morar em abrigos. Nenhuma das crianças e adolescentes apresentou resposta não-importista ou fabulada,

ou seja, treze, deram respostas válidas para análise. As respostas consideradas crenças foram classificadas nas subcategorias apresentadas na Tabela 6.

**Tabela 6** – Caracterização do número de respostas e percentual por subcategoria apresentadas pelas crianças e adolescentes segundo a categoria o que fazer para as crianças e adolescentes não precisarem ir para o abrigo.

<b>Responderem algo poderia ser feito</b>		<b>Subcategorias</b>	<b>Número de Respostas</b>	<b>Percentual em relação ao número total de respostas</b>
<b>Nº de crianças</b>	<b>Percentual em relação ao total da amostra</b>			
10	76,9	Resolução dos conflitos/Problemas na Família	10	100,0
		<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,0</b>
<b>Responderam que TALVEZ algo poderia ser feito</b>		<b>Subcategorias</b>	<b>Número de Respostas</b>	<b>%</b>
<b>Nº de crianças</b>	<b>Percentual em relação ao total da amostra</b>			
3	23,1	Resolução dos conflitos/Problemas na Família	3	100,0
		<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

É possível observar que dez dos treze sujeitos da pesquisa responderam que algo poderia ser feito para que as crianças e adolescentes não precisassem sair de suas famílias e ir para o abrigo. Para justificarem esta resposta, todas as soluções

apresentadas foram baseadas na resolução dos conflitos/problemas na família, como pode ser visto nos seguintes exemplos:

*[gesticulou que sim] O que poderia ser feito? Poderia... as mães tirar os filhos da rua e dar mais atenção pra eles (Carlos Eduardo, 15;10 anos).*

*Aí a mãe tem que cuidar. Como a mãe tinha que cuidar? Tratando dela, cuidando... O que mais? Dando carinho (Marina, 7;9 anos).*

*O pai parando de fumar e beber. Só (Luan, 8;1 ano).*

Quanto às crianças e adolescentes que responderam que talvez algo poderia ser feito, ou seja, que dependia de alguns coisas, todas as respostas também se basearam na resolução dos conflitos/problemas na família, como pode ser visto nos seguintes exemplos:

*Alguma coisa poderia ser feita para que as crianças não precisassem morar nos Abrigos? Ah... isso é difícil porque varia muito de pessoa que tá no abrigo, igual... tem vários casos diferentes e isso vem dos pais, não tem como... eu penso assim que seria muito difícil mudar, porque isso acontece porque a gente tá aqui por causa dos pais. Então, muitas pessoas... a maioria é por causa de pais, mas também tem porque acho que ficava muito na rua, mas isso varia muito, depende mais dos pais (Lavínia, 15;3 anos).*

Dessa forma, compreende-se que tanto para as crianças e adolescentes que responderam que sim, quanto para as que responderam talvez, o que poderia ser feito para as crianças e adolescentes não necessitem ir para os abrigos seria a resolução dos conflitos/problemas na família.

Diante destes dados, é interessante salientar que, embora haja o reconhecimento explícito sobre a importância da família na vida social, portanto, merecedora da proteção do Estado, tal proteção tem sido cada vez mais discutida, na medida em que a realidade tem dado sinais cada vez mais evidentes de processos de penalização e desproteção das famílias brasileiras.

A centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros, é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal (BRASIL, 2004).

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste artigo conhecer as representações das crianças e dos adolescentes afastados de suas famílias de origem e inseridos na modalidade de Abrigo Institucional do município de Viçosa – MG no que diz respeito à convivência familiar e comunitária. Os dados coletados evidenciaram o quanto as crianças e adolescentes são capazes de falar sobre a realidade na qual estão inseridos, construindo representações sobre suas vivências e buscando dar sentido a elas. Dessa forma, conhecer as representações das crianças e dos adolescentes sobre a convivência familiar e comunitária é importante, uma vez que pode contribuir na elaboração de estratégias significativas que subsidiem ações que proporcionem melhoria da qualidade de vida e bem-estar deste público, podendo ainda fortalecer toda a rede de atendimento.

A cada entrevista era possível admirar-se com o fato de como as crianças e os adolescentes estavam ávidos para falar sobre suas experiências no abrigo e se sentiam importantes ao ter alguém ali que estava perguntando e ouvindo atenciosamente suas respostas e colocações sobre a instituição de acolhimento. Assim, o abrigo, visto sob a ótica das crianças e adolescentes, tem diferentes modos de regulação interacional como ações cooperativas, conflitos, negociações e resoluções de conflitos; posições e hierarquia social dentro do próprio grupo; proteção, conforto e cuidado, que caracterizaram algumas relações presentes dentro do grupo e com os cuidadores e com a equipe técnica; e a busca por cumplicidade, por objetivos compartilhados e estratégias para a realização do brincar também fez parte das falas das crianças e dos adolescentes.

O abrigo esperado e desejado pelas crianças e adolescentes é um abrigo que oferece espaço físico amplo e adequado para realização das brincadeiras. É um abrigo que incentiva constantemente o desenvolvimento de atividades de lazer fora dos seus limites e, principalmente, é um abrigo que promove e garante a convivência familiar e comunitária, proporcionando que a família tenha presença assídua na instituição, além de tudo, é um abrigo que trabalha efetivamente para que sejam superados os motivos que os levaram ao acolhimento.

Considerando os resultados desta pesquisa, foi possível perceber que o acolhimento institucional, não apenas o realizado pelas entidades *locus* da presente pesquisa, mas aquele compreendido como política pública de proteção às crianças e

adolescentes em situação de ameaça ou violação de direitos no contexto familiar, traz em si complexidades que exigem o comprometimento do Estado, da sociedade e da família.

## **8. REFERÊNCIAS**

ANDRADE, C. A. **Estudo das representações sobre o adoecimento e hospitalização pela Perspectiva de Crianças Hospitalizadas numa Abordagem Piagetiana.** Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2011.

ARPINI, D. M. **Violência e exclusão: adolescência em grupos populares.** Bauru, SP: EDUC, 2003.

BARRETO, M. L. M. **Procedimentos de representações gráfica da quantidade em crianças de 4 a 6 anos de idade: uma perspectiva piagetiana.** Campinas: 2001. 241 p. Tese (Dissertação de doutorado) UNICAMP, 2001.

BARRETO, M. L. M. **Fundamentos da Teoria Piagetiana.** Viçosa, MG: UFV/Departamento de Economia Doméstica, 2010. (Apostila da disciplina ECD 233-Fundamentos da Teoria Piagetiana).

BRASIL. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.** Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação. Brasília, DF. 1990.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social.** Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, novembro de 2004.

BRASIL, **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos NOB/RH.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2006.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.** Brasília, DF, junho de 2009.

CENTENARO, G. **A intervenção do serviço social ao paciente renal crônico e sua família.** 12/08/2008. Disponível em: [http://www.abrasco.org.br/cienciasaudecoletiva/artigos/artigo\\_int.php?id\\_artigo=3265](http://www.abrasco.org.br/cienciasaudecoletiva/artigos/artigo_int.php?id_artigo=3265) Acesso em: 20 de junho de 2011.

COSTA, B. A. **Com a voz as crianças: um estudo sobre as representações de escola na educação infantil.** Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2012.

DELVAL, J. **Introdução à Prática do Método Clínico**: descobrindo o pensamento das crianças. Porto Alegre, ArtMed, 2002.

FALEIROS, V. P. **Impunidade e inimputabilidade**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v. XXIV, n. 77, p. 78-107, 2004.

FREUD A, BURLINGHAM D. **Meninos sem lar**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura; 1958.

MIOTO, R. C. T. “Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar”. In: **Política Social, Família e Juventude**. São Paulo: Cortez, 2004.

PIAGET, J. A (1926). **Representação do Mundo na Criança**. São Paulo: Idéias & Letras, 2005.

PIAGET, J.; INHELDER, B. **A psicologia da criança**. 6. ed. São Paulo, SP: Difel, 1966/1980.

SARAVALI, E. G.; GUIMARÃES, T. Ambiente educativo e conhecimento social: um estudo sobre as representações de escola. **Educação em Revista**, v. 26, n. 1, p. 157-184, 2010.

SILVA, M. I. R. S. **Crianças e adolescentes abrigados: vínculos e rupturas na história de convivência familiar e comunitária**. Juiz de Fora: mestrado em serviço social, UFJF-MG. 2007.

SOARES, O. M. A. **A representação de crianças e adolescentes sobre a inclusão escolar**. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2012.

SPOSATI, A. “Especificidade e intersetorialidade da política de assistência social”. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 77. São Paulo: Cortez Editora, março 2004.